

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	170 633,64	151 312,85
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	908,36	526,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		171 542,00	151 839,53
Activo corrente			
Inventários	7	840,11	750,23
Créditos a receber	12.6	854,70	2 746,45
Estado e outros entes públicos	12.7	7 823,50	5 902,37
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.2	2 137,46	1 281,98
Outros ativos correntes	12.1	256 175,47	240 417,18
Caixa e depósitos bancários	12.3	1 910 137,91	1 911 078,90
		2 177 969,15	2 162 177,11
Total do ativo		2 349 511,15	2 314 016,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.4	31 666,62	31 666,62
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.4	1 682 630,49	1 684 078,63
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1 714 297,11	1 715 745,25
Resultado líquido do período		-8 429,51	-1 448,14
Total dos fundos patrimoniais		1 705 867,60	1 714 297,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.5	13 739,12	7 489,10
Estado e outros entes públicos	12.7	11 242,57	11 262,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.2	189 172,26	210 670,80
Outros passivos correntes	12.8	429 489,60	370 297,08
		643 643,55	599 719,53
Total do passivo		643 643,55	599 719,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 349 511,15	2 314 016,64

A Direcção

Contabilista Certificado

Lar de Nossa Senhora do LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		9 487,55	19 115,21
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-6,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-198 891,93	-224 258,28
Pagamentos ao pessoal		-255 364,93	-244 772,50
Caixa gerada pelas operações		-444 775,31	-449 915,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		486 710,02	587 531,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		41 934,71	137 616,23
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-41 865,22	-30 794,58
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-515,95	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	5 642,17
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	32 033,82
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-42 381,17	6 881,41
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	4 402,98
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	4 402,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-446,46	148 900,62
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 911 078,90	1 762 178,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 910 137,91	1 911 078,90

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: Lar de Nossa Senhora do LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-escolar	Lar Residência	Projeto Gas Fenosa	PERÍODOS	
					2016	2015
Vendas e serviços prestados		10 406,31	0,00	0,00	10 406,31	19 346,21
Custo das vendas e dos serviços prestados		-135 541,93	-351 754,36	0,00	-487 296,29	-453 224,90
Resultado Bruto		-125 135,62	-351 754,36	0,00	-476 889,98	-433 878,69
ISS, IP - Centro Distrital		66 536,76	443 014,73	0,00	509 551,49	447 846,18
Outros Rendimentos		34 868,05	66 266,94	31 830,04	132 965,03	145 232,54
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-33 788,98	-104 405,37	-31 830,04	-170 024,39	-158 532,33
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos		-3 366,87	-664,79	0,00	-4 031,66	-2 115,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-60 886,66	52 457,15	0,00	-8 429,51	-1 448,14
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-60 886,66	52 457,15	0,00	-8 429,51	-1 448,14
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-60 886,66	52 457,15	0,00	-8 429,51	-1 448,14

A Direcção

Contabilista Certificado

Lar de Nossa Senhora do LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500849200

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	10.406,31	19.346,21
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.9	603.799,51	551.826,19
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-62.796,47	-60.193,97
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-160.566,42	-149.844,98
Gastos com o pessoal	10	-423.109,30	-393.030,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.11	250,57	0,00
Outros rendimentos	8 e 12.12	38.466,44	41.252,53
Outros gastos	12.13	-4.866,72	-2.115,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.583,92	7.239,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-10.013,43	-8.687,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.429,51	-1.448,14
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-8.429,51	-1.448,14
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-8.429,51	-1.448,14

A Direção

Contabilista Certificado

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	11
6	Investimento Financeiros.....	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12	Outras Informações	14
12.1	Outros ativos correntes	14
12.2	Diferimentos	14
12.3	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.4	Fundos Patrimoniais	15
12.5	Fornecedores	15
12.6	Créditos a receber.....	15
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	16
12.8	Outros Passivos Correntes	16
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.10	Fornecimentos e serviços externos	17
12.11	Aumentos do justo valor	18
12.12	Outros rendimentos.....	18
12.13	Outros gastos	19
12.14	Resultados Financeiros	19
12.15	Projeto Gasfenosa	19
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	21

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 12.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Creditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Edifícios e Outras Construções	161 151,65	28 356,14			189 507,79
Equipamento Básico	84 990,75	599,15			85 589,90
Equipamento de Transporte	14 864,18	0,00			14 864,18
Equipamento Administrativo	106 063,04	378,93			106 441,97
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77	0,00			6 673,77
Ativo Tangível Bruto	373 743,39	29 334,22	0,00	0,00	403 077,61
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	41 527,50	3 047,82			44 575,32
Equipamento Básico	65 603,28	4 064,44			69 667,72
Equipamento de Transporte	14 864,18	0,00			14 864,18
Equipamento Administrativo	93 761,81	2 901,17			96 662,98
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77	0,00			6 673,77
Depreciações Acumuladas	222 430,54	10 013,43	0,00	0,00	232 443,97
Ativo Tangível Líquido	151 312,85	19 320,79	0,00	0,00	170 633,64

As depreciações do ano de 2015 totalizaram 8.687,35€.

Outros Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis dizem respeito a programas de computadores e encontram-se totalmente amortizados.

6 Investimento Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	908,36	526,68
Total	908,36	526,68

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	840,11	750,23
Total	840,11	750,23

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	750,23	501,95
Compras	48 127,92	48 640,44
Doações	14 758,43	11 801,81
Saldo Final	840,11	750,23
Gastos do Período	62 796,47	60 193,97

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados pela Lactogal em géneros alimentares.

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	10 406,31	19 346,21
Quotas do Utilizadores	10 406,31	19 346,21
Outros Rendimentos	24 399,20	19 035,53
Rendas e Outros Rendimentos	24 399,20	19 035,53
Juros	14 067,24	22 217,00
Depósitos Bancários	13 056,32	21 205,36
De Títulos	1 010,92	1 011,64
Total	48 872,75	60 598,74

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2016			2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			509 551,49			447 846,18
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável			22 887,24			22 814,25
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável			21 474,33			24 044,73
Direção Geral Adm. Escolar	Não Reembolsável			962,36			0,00
IEFP	Não Reembolsável			0,00			5 599,78
Total		0	0	554 875,42	0	0	500 304,94

10 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos. Durante o exercício de 2016 o cargo de tesoureiro foi atribuído ao Sr. Eng^o José Loureiro Campos em substituição do Sr. Dr. António Mourão Neves.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2016 e 2015 foi de, respetivamente, 28 e 26.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	344 765,23	315 576,87
Indemnizações	396,00	152,10
Encargos sobre as Remunerações	72 465,53	68 464,38
Seguros de Acidentes no Trabalho	3 980,38	3 751,16
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	853,80	645,00
Vestuário e Calçado	135,36	234,00
Higiene, medicina e segurança no trabalho	513,00	1 479,00
Estágio IEFP	0,00	2 728,42
Total	423 109,30	393 030,93

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamento a fornecedores	540,00	2 515,45
Juros a receber	7 960,50	14 228,99
Rendas a receber	3 169,38	0,00
Programa expansão pré-escolar	30 516,32	33 663,13
Faculdade Educandas	1 245,00	1 283,00
IEFP	0,00	5 599,78
Projeto GasFenosa	162 331,08	185 220,08
Ageas – valores a reembolsar	5,95	199,00
Titulos - CGD	223,20	223,20
Montepio Tesouraria - Fundos	50 724,04	0,00
Total	256 715,47	242 932,63

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 587,15	1 281,98
Medicina no Trabalho	513,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	37,31	0,00
Total	2 137,46	1 281,98
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	178 625,76	210 455,80
Rendas	546,50	215,00
Donativos p/ desp. c/ educandas	10 000,00	0,00
Total	189 172,26	210 670,80

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 726,81	65,07
Depósitos à Ordem	224 411,10	262 540,36
Depósitos a Prazo	1 684 000,00	1 648 473,47
Total	1 910 137,91	1 911 078,90

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2016:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 684 078,63	1 448,14	1 682 630,49
Total	1 715 745,25	1 448,14	1 714 297,11

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores	13 739,12	7 489,10
Total	13 739,12	7 489,10

12.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes		
Utentes	314,70	231,00
Total	314,70	231,00

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
IVA - A Recuperar	7 823,50	5 902,37
Total	7 823,50	5 902,37
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 637,85	2 610,50
IVA - A Pagar	0,00	596,44
IVA - Reembolso em Excesso	717,57	717,57
Segurança Social	7 829,95	7 300,80
FCT e FGCT	57,20	37,24
Total	11 242,57	11 262,55

12.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		82 205,51		53 979,10
Seguros a liquidar		300,70		0,00
Remunerações a Liquidar		59 010,03		53 248,40
Outras despesas diferidas				
Água		28,22		480,82
Eletricidade		1 153,97		107,58
Gás		201,37		45,00
Ensino		667,00		0,00
Comunicações		24,25		97,30
Reposição acordos cooperação		20 747,13		0,00
Outros Credores por ac. Gastos		72,84		0,00
Instituto Segurança Social		346 075,75		315 931,98
Reposição Dotação Lar 2014		140 065,93		140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015		167 357,72		175 866,05
Reposição Dotação Lar 2016		38 652,10		0,00
Outros Credores		1 208,34		386,00
Outros Credores		1 208,34		386,00
Total	0,00	429 489,60	0,00	370 297,08

Os valores inscritos na rubrica “Reposição Dotação Lar ...” respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os exercícios em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	509 551,49	447 846,18
IEFP	0,00	5 599,78
DG Administração Escolar	962,36	0,00
Outras Entidades	76 610,84	81 961,10
Donativos	16 610,48	16 354,79
Legados	64,34	64,34
Total	603 799,51	551 826,19

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

Os subsídios de “Outra Entidades” englobam o valor de 22 887,24 euros referente ao diferencial das educadoras, 21 474,33 euros de subsídios familiares, 419,23 relativos a bolsas de estudos e bem como 31 830,04 euros referentes ao projeto Gásfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 14 758,43 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	1 390,52	0,00
Serviços especializados	50 836,01	38 627,30
Materiais	12 024,35	9 725,77
Energia e fluídos	22 917,18	22 114,86
Deslocações e estadas	643,74	1 133,02
Serviços diversos	17 800,73	22 893,97
Encargos com Utentes	23 123,85	20 247,94
Projeto GasFenosa	31 830,04	35 102,12
Total	160 566,42	149 844,98

O crescimento da rubrica "Serviços especializados" refere-se em grande medida ao aumento da rubrica "6226 – Conservação e reparação" onde registaram várias obra de beneficiação e conservação do edifício.

12.11 Aumentos do justo valor

A Entidade detém fundos mobiliários designados por "Montepio Tesouraria". As 531,0817 unidades de participação tinham, a 31/12/2016, um valor de 50.724,04 euros pelo que se reconheceu um rendimento pelo aumento do justo valor de 250,57 euros.

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Rendimentos e Ganhos	24 399,20	19 035,53
Outros rendimentos	2,80	0,48
Rendas e Outros Rendimentos	7 023,76	17 932,69
Correções Rel. Exercícios Anteriores	2 898,94	0,00
Reembolso Subsídio Alimentação	14 436,20	0,00
Outros - Indemnização prejuízos	37,50	1 102,36
Juros e dividendos	14 067,24	22 217,00
Juros de Depósitos Bancários	13 056,32	21 205,36
Dividendos de Títulos	1 010,92	1 011,64
Total	38 466,44	41 252,53

No que concerne ao valor da rubrica "Rendas e Outros Rendimentos", para além de outros, em 2016 foram reconhecidos os valores de 415,76 euros relativos aos imóveis em copropriedade com a Santa Casa da Misericórdia e 2 961,50 euros do imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	208,05	58,91
Dividas Incobráveis	835,06	0,00
Correções exercícios anteriores	3 292,07	78,13
Donativos	6,00	0,00
Quotizações	300,00	300,00
Subsídios, donativos, bolsas de estudo	0,00	1 500,00
FRSS	0,00	132,48
Multas e Penalidades	224,54	0,00
Outros	1,00	46,32
Total	4 866,72	2 115,84

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13 056,32	21 205,36
Dividendos obtidos	1 010,92	1 011,64
Total	14 067,24	22 217,00
Resultados Financeiros	14 067,24	22 217,00

12.15 Projeto Gasfenosa

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto Gasfenosa”. Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto será desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tem um valor global previsto de 263 891,00 euros.

O quadro seguinte apresenta a distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

GASTOS	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	TOTAL
Matriculas e mensalidades	22 150	26 428	30 109	28 048	19 224	16 495	13 649	6 961	3 550	166 614
Manuais escolares	4 615	4 749	3 891	3 548	2 219	1 522	1 251	627	354	22 776
Apoio ao estudo	6 360	5 018	4 744	5 476	3 117	2 517	2 027	1 378	703	31 340
Alimentação (cantina)	8 550	8 721	8 271	6 845	4 222	3 147	2 365	689	351	43 161
TOTAL	41 675	44 916	47 015	43 917	28 782	23 681	19 292	9 655	4 958	263 891

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	33 340,00	33 340,00
Ano 2015	44 268,00	77 608,00
Ano 2016	46 595,00	124 203,00
Ano 2017	44 536,00	168 739,00
Ano 2018	31 808,00	200 547,00
Ano 2019	24 701,00	225 248,00
Ano 2020	20 170,00	245 418,00
Ano 2021	11 583,00	257 001,00
Ano 2022	5 898,00	262 899,00
Ano 2023	992,00	263 891,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2016, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
263 891,00		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Total Recebimentos	101 559,92	162 331,08
GASTOS	2016	2015
Matriculas e Mensalidades	26 172,71	26 446,59
Manuais Escolares	2 056,35	1 188,39
Apoio ao Estudo	1 202,83	3 024,97
Alimentação (cantinas)	1260,00	3 160,92
Transportes	1 138,15	1 281,25
Total	31 830,04	35 102,12
Rendimento Reconhecido	2016	2015
Projeto Gasfenosa	31 830,04	35 102,12

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2016 ascenderam a 31 830,04 euros.

O rendimento reconhecido em 2016 foi igual aos gastos incorridos no valor de 31 830,04 euros.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 22 889,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 28 de Fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção
